

Parente terá dificuldades com o FMI

Ronaldo de Oliveira 16-9-98



Parente: dificuldade para convencer FMI de que o Brasil conseguirá superávit

Técnicos do Fundo acham que o governo só tem autonomia para cortar uma parcela muito pequena dos gastos públicos

Paulo Silva Pinto
Da equipe do **Correio**
Com agências

Brasília e Washington — Começa hoje um fim-de-semana tenso no eixo Brasília-Washington. Três integrantes da equipe econômica desembarcam na capital dos Estados Unidos com a missão de demonstrar a técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que o Brasil fará bom uso de empréstimo a ser concedido para evitar o alastramento da crise financeira. Se o dinheiro sair, será a primeira vez que o FMI liberará recursos para evitar o agravamento de uma crise. Tradicionalmente, os programas de auxílio chegam depois dos primeiros estragos financeiros.

Do Ministério da Fazenda foram o secretário-executivo, Pedro Parente, e o secretário de Política Econômica, Amaury Bier. Do Banco Central (BC), viajou o homem dos números: Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico. Eles passarão os próximos três dias enfiados nas salas da representação brasileira no FMI e no Banco Mundial.

Nem para ir de um lugar para o outro o grupo terá direito a passear um pouco pelas ruas de Washington: um túnel une as sedes dessas instituições. O Banco Mundial e o FMI foram criados em 1944 na pequena cidade norte-americana de Bretton Woods, com o objetivo de impedir crises econômicas globais.

Parente terá dificuldades em convencer os técnicos do FMI de que o Brasil vai conseguir de fato, como anunciou, superávits primários nos próximos três anos. Ou seja: que a receita do setor público federal, estadual e municipal vai finalmente superar o que se gasta, sem contar as

despesas com juros. O objetivo do superávit é reduzir a dívida, tornar a economia mais confiável e finalmente diminuir as taxas de juros.

O poder governamental sobre as contas públicas é muito limitado, de acordo com a avaliação que prevalece no FMI. O governo não tem poder sobre mais que 13% a 15% do orçamento público, segundo eles. Há desconfiança também sobre os efeitos da Reforma Administrativa: os funcionários que se tornarão demissíveis depois da alteração da Constituição são os que têm os salários mais baixos e os que menos pesam na folha de pagamento.

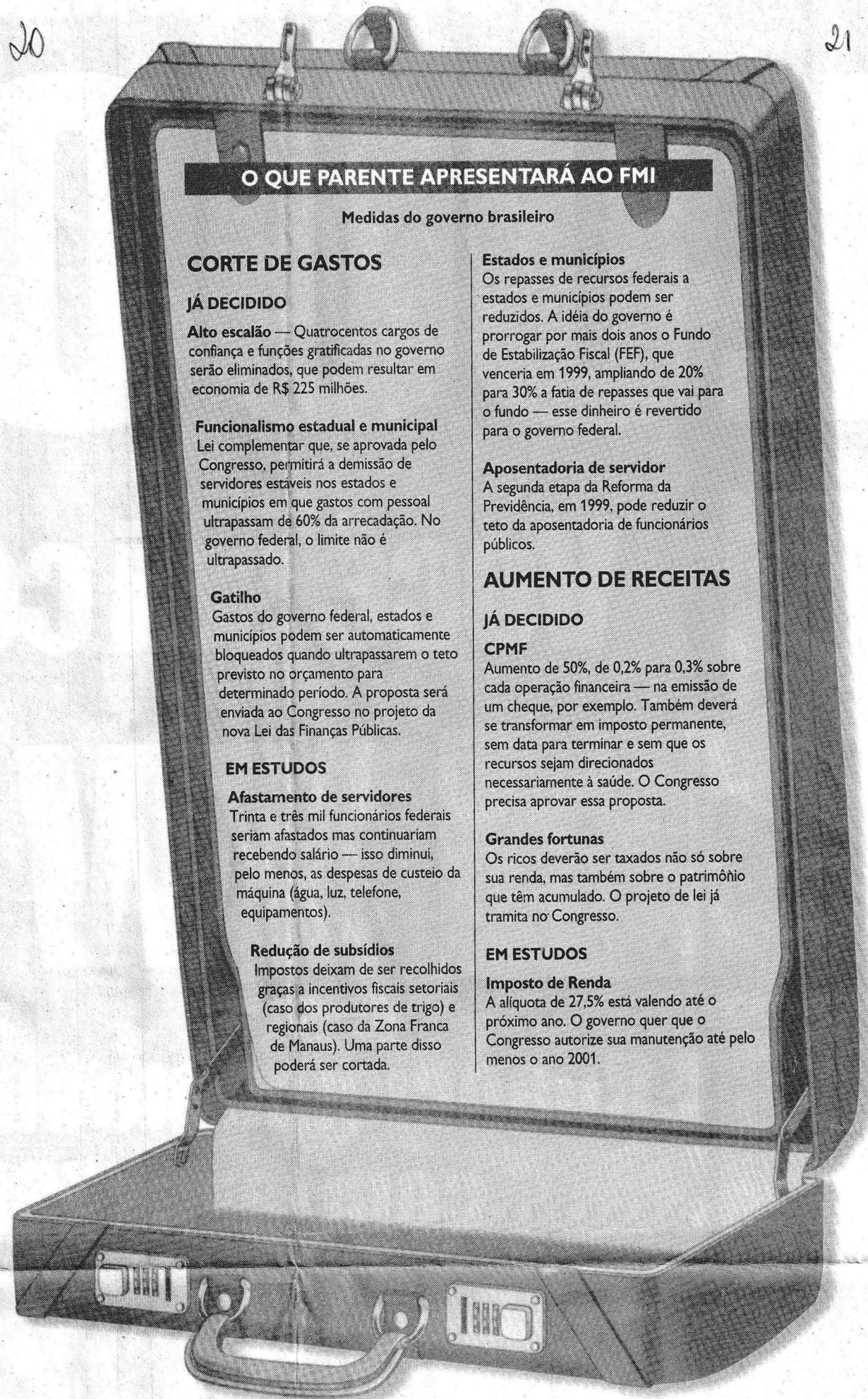
A possibilidade de acordo com o fundo, porém, está animando o mercado, segundo o ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira. Ele afirma que investidores internacionais consideram o Brasil "a porta corta fogo da

crise financeira internacional", em referência às saídas para escadas de emergências nos prédios. "Estamos diante de uma oportunidade excepcional. Poderemos sair dessa crise como um marco, o que vai ajudar muito a credibilidade internacional do país e nos permitir entrar de cabeça erguida no século 21", diz Moreira, que é consultor do Banco Merrill Lynch.

COINCIDÊNCIA

Na terça-feira, Parente, Bier e Lopes estarão de volta a Brasília. É o mesmo dia em que o presidente Fernando Henrique receberá o conjunto de propostas com que se espera garantir o cumprimento, nos próximos três anos, de superávits primários cada vez maiores.

Oficialmente, técnicos do governo afirmam que é coincidência o fato de o trio econômico retornar a Brasília no mesmo dia em que as medidas



O QUE PARENTE APRESENTARÁ AO FMI

Medidas do governo brasileiro

CORTE DE GASTOS

JÁ DECIDIDO

Alto escalão — Quatrocentos cargos de confiança e funções gratificadas no governo serão eliminados, que podem resultar em economia de R\$ 225 milhões.

Funcionalismo estadual e municipal Lei complementar que, se aprovada pelo Congresso, permitirá a demissão de servidores estáveis nos estados e municípios em que gastos com pessoal ultrapassam de 60% da arrecadação. No governo federal, o limite não é ultrapassado.

Gatilho

Gastos do governo federal, estados e municípios podem ser automaticamente bloqueados quando ultrapassarem o teto previsto no orçamento para determinado período. A proposta será enviada ao Congresso no projeto da nova Lei das Finanças Públicas.

EM ESTUDOS

Afastamento de servidores

Trinta e três mil funcionários federais seriam afastados mas continuariam recebendo salário — isso diminuiria, pelo menos, as despesas de custeio da máquina (água, luz, telefone, equipamentos).

Redução de subsídios

Impostos deixam de ser recolhidos graças a incentivos fiscais setoriais (caso dos produtores de trigo) e regionais (caso da Zona Franca de Manaus). Uma parte disso poderá ser cortada.

Estados e municípios

Os repasses de recursos federais a estados e municípios podem ser reduzidos. A ideia do governo é prorrogar por mais dois anos o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que venceria em 1999, ampliando de 20% para 30% a fatia de repasses que vai para o fundo — esse dinheiro é revertido para o governo federal.

Aposentadoria de servidor

A segunda etapa da Reforma da Previdência, em 1999, pode reduzir o teto da aposentadoria de funcionários públicos.

AUMENTO DE RECEITAS

JÁ DECIDIDO

CPMF

Aumento de 50%, de 0,2% para 0,3% sobre cada operação financeira — na emissão de um cheque, por exemplo. Também deverá se transformar em imposto permanente, sem data para terminar e sem que os recursos sejam direcionados necessariamente à saúde. O Congresso precisa aprovar essa proposta.

Grandes fortunas

Os ricos deverão ser taxados não só sobre sua renda, mas também sobre o patrimônio que têm acumulado. O projeto de lei já tramita no Congresso.

EM ESTUDOS

Imposto de Renda

A alíquota de 27,5% está valendo até o próximo ano. O governo quer que o Congresso autorize sua manutenção até pelo menos o ano 2001.

chegam ao Planalto. Não admitem sequer que as medidas estejam na bagagem da equipe. Sem se identificar, porém, alguns técnicos da administração federal afirmam que seria impossível fazer segredo ao FMI de medidas que estão prestes a ser anunciadas.

É desagradável para a equipe econômica recorrer ao FMI por três motivos. Primeiro, porque o fundo negou ajuda ao Brasil em 1994, quando o real foi implantado. A segunda razão é decorrer da primeira: a negativa em nada atrapalhou o sucesso do plano de estabilidade e desde então integrantes do governo vinham desdenhando a necessidade de o Brasil recorrer novamente ao fundo. O terceiro motivo é que, em quase

todas as situações, procurar o FMI representa ônus moral para quem necessita de ajuda, principalmente quando trata-se de um país emergente, como o Brasil.

Não faltam atenuantes, porém, para tornar palatável o novo socorro. O mais importante é a imagem de que se está inaugurando um novo marco nas relações do FMI com os países aos quais oferece auxílio, com menor grau de ingerência nas administrações destes. A inovação inclui tratamento especial, sem as desagradáveis visitas de técnicos do fundo ao governo brasileiro. Ao contrário: o Brasil vai a Washington.

O FMI também tem todo o interesse em não causar constrangimentos. A instituição não passa por

um bom momento com o fracasso na ajuda à Rússia. Depois do empréstimo do fundo, os problemas do país ficaram ainda piores e a crise financeira alastrou-se da Ásia para outros mercados.

Pedro Parente é um dos melhores nomes na administração federal para trafegar nesse canal entre o governo brasileiro e as instituições de Bretton Woods. Como vice-ministro, domina toda a máquina da Fazenda. Negociou a rolagem da dívida dos estados e pode falar de suas contas sem consultar papéis. É coordenador da comissão criada para controlar os gastos públicos. E, como se não bastasse, no início dos anos 90 foi técnico do próprio FMI. Na Rússia.